



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DA ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às treze horas e vinte e dois minutos, realizou-se a **14ª Sessão Ordinária do Colegiado do Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos**, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sala de videoconferência, bloco A, campus das Auroras, mediante prévia convocação, sob a presidência da Coordenadora do Curso de Engenharias de Alimentos, **Marina Cabral Rebouças** e com a participação da convidada, **Ângela Albuquerque**, Diretora do Sistema de Bibliotecas da Unilab e a presença dos seguintes colegiados: **Janaina Maria Martins Vieira** (Vice- Coordenadora do Curso de Engenharias de Alimentos); **Andrêssa Maria Medeiros Theóphilo Galvão** (Docente-Representante Titular); **Bruno de Castro Amoni** (Docente-Representante Titular); **Thayane Rabelo Braga Farias** (Docente- Representante Suplente); **Pedro Henrique Ferreira de Oliveira** (Docente- Representante Titular); **Julie Anne Holanda Azevedo** (Representante dos TAEs do curso de Engenharia de Alimentos-Titular); **Rachel Fernandes da Silva Oliveira** (Representante dos TAEs do curso de Engenharia de Alimentos-Suplente); **Michela Virgílio Macuvele** (Representante Discente do curso de Engenharia de Alimentos-Suplente). Ausências justificadas: **Mayra Garcia Maia Costa** (Docente-Representante Titular); **Bruno Maia Dos Santos** (Representante Discente do curso de Engenharia de Alimentos-Titular); **I.ABERTURA DOS TRABALHOS**: Havendo quórum regulamentar, a presidente da sessão, Marina Cabral Rebouças, cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. **II.ORDEM DO DIA. Expedientes. 1.Informes.** Marina Cabral Rebouças explicou que a participação de Ângela se dava em razão de uma iniciativa do Sistema de Bibliotecas voltada ao fortalecimento do diálogo com os cursos de graduação, por meio da apresentação dos serviços oferecidos e do estreitamento da parceria institucional com as coordenações e colegiados. Antes de conceder a palavra à convidada, a presidente apresentou os informes gerais do colegiado. Como primeiro informe, abordou o processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esclareceu que a proposta de reformulação vinha tramitando, desde o ano anterior, junto à Pró-Reitoria de Graduação, encontrando-se, naquele momento, em análise na Câmara de Graduação, após ter passado por ajustes. Na sequência, informou que, no contexto das discussões relacionadas à avaliação do curso pelo MEC, participou de reunião com representantes da Coordenação de Regulação, Avaliação e Controle Acadêmico (CORAC) e a Procuradoria Institucional para tratar, entre outros assuntos, da carga horária de extensão prevista no PPC vigente. Nesse ponto, destacou que o documento atualmente em vigor prevê carga horária total de 3.850 horas, mas exige 10% desse total para atividades de extensão, correspondendo a 385 horas. No entanto, o curso conta atualmente com 360 horas de extensão, o que gerou preocupação quanto à conformidade do PPC e às possíveis divergências no processo de avaliação externa. Registrou-se que o novo PPC já contempla adequadamente a exigência referente à carga horária de extensão. Em razão disso, passou-se a considerar a possibilidade de acelerar sua aprovação antes da visita do MEC, de modo que a avaliação do curso pudesse ocorrer com base no documento reformulado. Após as explicações, concluiu-se que o curso poderá ser avaliado com base no PPC vigente, pois a questão referente à carga horária de extensão poderá ser justificada. Assim, ficou definido que o PPC reformulado será retomado no próximo semestre, com revisão pontual de alguns componentes curriculares e de aspectos da matriz, a fim de evitar problemas futuros como distribuição de carga horária docente. **2. Participação da Diretoria do**

Sistema de Bibliotecas: Dando continuidade, a presidência concedeu a palavra à senhora Ângela Albuquerque, Diretora do Sistema de Bibliotecas da Unilab, convidada a dialogar com o colegiado sobre a adequação bibliográfica do curso de Engenharia de Alimentos, especialmente em razão do processo de reconhecimento do curso pelo MEC. Em sua fala, Ângela destacou que a biblioteca deve ser vista apenas como um setor de apoio, mas como uma infraestrutura acadêmica e estratégica, diretamente vinculada à qualidade do curso, à atualização bibliográfica, ao acesso à informação e à coerência entre o acervo e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Em seguida, elogiou a atuação da coordenação do curso, em especial da professora Marina Cabral Rebouças, pelo diálogo antecipado com a biblioteca e pela preocupação prévia com a elaboração do relatório de adequação bibliográfica, documento exigido pelo MEC nos processos de avaliação. Informou que o curso de Engenharia de Alimentos será o primeiro a participar de um projeto piloto para estruturação desse relatório, o qual apresentará um fluxo próprio de solicitação, análise técnica e emissão de parecer bibliográfico. Também ressaltou a importância da parceria estabelecida com o curso no desenvolvimento de ações formativas voltadas aos estudantes, como oficinas de citação, normalização e uso ético da informação. Falando sobre os critérios observados pelo MEC, Ângela explicou que a avaliação considera a bibliografia básica e complementar, a atualização do acervo, a compatibilidade entre os materiais bibliográficos e os componentes curriculares, bem como a disponibilidade real desses materiais para uso dos estudantes. Esclareceu que cada disciplina deve contar com pelo menos três títulos de bibliografia básica, cinco de bibliografia complementar e de quantitativo de exemplares proporcional ao número de vagas ofertadas pelo curso. Ressaltou que mais importante que a listagem de obras seria a coerência entre o PPC e o acervo disponível na biblioteca, pois o MEC verifica se o que está previsto corresponde ao que a instituição oferece. Na sequência, destacou a necessidade de atualização constante das bibliografias, sobretudo em áreas mais dinâmicas, como microbiologia, tecnologia de alimentos, segurança dos alimentos, processos industriais e sustentabilidade. Explicou que, em áreas com maior velocidade de atualização científica, recomenda-se priorizar obras publicadas nos últimos cinco anos, bem como atenção às edições mais recentes dos títulos adotados, já que a comissão avaliadora pode questionar a utilização de edições antigas quando já houver versões atualizadas disponíveis no mercado editorial. Mencionou que em áreas como matemática, física e algumas áreas das ciências humanas, a atualização bibliográfica tende a ser menor, pois são considerados conteúdos fundamentais. Durante o debate, docentes do curso levantaram dúvidas sobre os critérios de atualização das obras, a utilização de edições anteriores e a escassez de livros em áreas específicas, como análise sensorial. Em resposta, Ângela esclareceu que, embora a biblioteca realize levantamento técnico das bibliografias e do mercado editorial, a participação do corpo docente é essencial para identificar lacunas, indicar prioridades e orientar a seleção de obras mais adequadas às especificidades de cada disciplina. Também foi discutido que, em situações nas quais o acervo físico ainda não contempla determinadas áreas, é importante que os docentes evidenciem à comissão avaliadora o uso de outros recursos de informação, como e-books, periódicos científicos e bases de dados, demonstrando que o processo formativo não depende exclusivamente do livro impresso. Ângela explicou ainda que a biblioteca enfrenta limitações orçamentárias e ausência de recurso próprio anual para aquisição de acervo, o que obriga o Sistema de Bibliotecas a atuar de forma prioritária em cursos com avaliações iminentes ou com lacunas mais críticas. Informou, que o curso de Engenharia de Alimentos foi incluído no processo de aquisição de livros, com previsão de recebimento de novas obras a partir dos próximos meses, por meio de recursos remanejados de outros processos institucionais. Destacou que a aquisição de livros na universidade seria um procedimento demorado, pois depende de etapas administrativas formais, como documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, licitação e compra, o que exige planejamento antecipado e acompanhamento contínuo por parte dos cursos. No decorrer da apresentação, foi detalhado o fluxo de trabalho adotado pelo Sistema de Bibliotecas para análise e aquisição de obras, informando que esse processo envolve o recebimento das demandas encaminhadas pelos cursos, o levantamento técnico do acervo existente, a verificação de disponibilidade no mercado editorial, a análise da compatibilidade das obras com os

componentes curriculares e a definição de prioridades de compra. Destacou que esse fluxo será institucionalizado, tornando assim mais contínuo e sistemático o acompanhamento das bibliografias dos cursos de graduação. Como encaminhamento importante, Ângela informou que a universidade está em fase final de contratação da plataforma digital Minha Biblioteca, o que ampliará significativamente o acesso dos estudantes a livros digitais de diversas áreas, inclusive da saúde e áreas afins. Ressaltou que o MEC já reconhece e valoriza o chamado acervo híbrido, composto por materiais físicos e digitais, o que fortalece a justificativa institucional em situações de insuficiência do acervo impresso. Além disso, reforçou a importância de docentes e estudantes utilizarem e mencionarem, durante a avaliação, outras fontes científicas disponíveis, como Portal de Periódicos CAPES, SciELO, Bireme e PubMed, evidenciando que o curso dispõe de recursos diversificados e qualificados. Em seguida, Marina Cabral Rebouças complementou as orientações, reforçando a necessidade de que os docentes se apropriem das informações sobre o acervo e sobre as estratégias utilizadas em suas disciplinas, uma vez que poderão ser questionados diretamente pelos avaliadores do MEC. Nesse sentido, orientou que cada professor esteja preparado para explicar como organiza o acesso às referências bibliográficas, quais recursos complementares utiliza e de que forma suprir eventuais lacunas do acervo físico. Ao final, foram discutidas dúvidas acerca da possibilidade de solicitar a aquisição de obras ainda não previstas formalmente no PPC, mas consideradas relevantes para atualização das disciplinas. Ângela esclareceu que a biblioteca está aberta a novas indicações de títulos por parte dos docentes e estudantes, mesmo que ainda não constem oficialmente nas ementas, desde que haja justificativa acadêmica e disponibilidade orçamentária. Por fim, a disposição do Sistema de Bibliotecas em manter o diálogo com o curso de Engenharia de Alimentos, acompanhar o processo de reconhecimento e colaborar continuamente com a qualificação do acervo e das práticas informacionais do curso. Ao encerrar sua participação, Ângela agradeceu a atenção de todos e reforçou que o Sistema de Bibliotecas permanece à disposição do curso de Engenharia de Alimentos para colaborar no que for necessário. Falou que os docentes podem procurar diretamente a equipe da biblioteca sempre que surgirem dúvidas, demandas ou necessidades relacionadas ao acervo e aos serviços oferecidos, embora a professora Marina venha atuando como mediadora nesse contato. Prosseguindo, Marina Cabral Rebouças agradeceu à Ângela pela disponibilidade, pela parceria construída com o curso e pela prontidão com que a biblioteca tem acolhido e encaminhado às demandas apresentadas. Destacou que o contato entre o curso e o Sistema de Bibliotecas não é recente e ressaltou a sensibilidade, a agilidade e o comprometimento da equipe em responder às solicitações e buscar soluções para as questões encaminhadas. Também registrou agradecimento pela parceria no oferecimento dos treinamentos destinados aos estudantes, reconhecendo a relevância dessas ações para a formação acadêmica e para o desenvolvimento das atividades de orientação e pesquisa. Mencionou que observando mais o trabalho desenvolvido pela biblioteca, passou a compreender melhor a amplitude e a importância dos serviços ofertados. Ressaltou que a biblioteca seria um setor profundamente vinculado ao ensino e que presta contribuição significativa ao trabalho docente, motivo pelo qual reforçou seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração constante com o curso. Em complemento, Ângela lembrou a existência do serviço de atendimento do bibliotecário, disponível por meio de formulário no site da biblioteca, por meio do qual estudantes e docentes podem encaminhar dúvidas e solicitações, com atendimento especialmente relevante para discentes em fase de conclusão de Trabalho de Conclusão de Curso. Em seguida, Ângela retirou-se da sala e a sessão continuou apenas com os membros do colegiado. A presidente retomou as orientações referentes ao processo de avaliação do curso pelo Ministério da Educação (MEC), destacando que as frequentes solicitações de documentos aos docentes decorrem da necessidade de comprovar todas as informações e indicadores apresentados no formulário de avaliação. Enfatizou que o cumprimento dos prazos para que a coordenação possa revisar, validar e finalizar os documentos sem pendências. Na sequência, informou que a comissão avaliadora do MEC realizará reuniões com todos os docentes vinculados ao curso e, em momento específico, com os membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Comunicou, ainda, que, até a realização da visita, deverão ocorrer reuniões extraordinárias do Colegiado e ordinárias do NDE para

apreciação de documentos relacionados ao processo avaliativo. Prosseguindo, esclareceu que o relatório de adequação da bibliografia, elaborado pelo Sistema de Bibliotecas, deverá ser concluído até o dia 27, prazo solicitado pela equipe da biblioteca. Informou que, após sua conclusão, o documento será submetido à apreciação e aprovação do NDE. Em seguida, abordou a necessidade de aprovação dos planos de curso pelo Colegiado, ressaltando que esse procedimento constitui exigência da Unilab e também um dos critérios de avaliação do MEC. Explicou que os planos devem ser analisados quanto à compatibilidade com as ementas, metodologias e demais elementos previstos para cada componente curricular. Informou que a deliberação não poderia ocorrer naquela reunião, em razão da ausência de envio dos planos por parte de alguns docentes, tornando necessária a convocação de reunião extraordinária. A presidente manifestou preocupação com a recorrente necessidade de cobrar o preenchimento dos planos de curso a cada semestre, destacando que essa é uma atribuição inerente à atividade docente e um direito dos estudantes, conforme previsto na regulamentação institucional, que estabelece sua apresentação até o limite de 15% da carga horária da disciplina. Nesse momento, solicitou aos representantes docentes que reforçassem junto aos seus pares a importância do cumprimento dessa obrigação, contribuindo para consolidar uma cultura institucional de planejamento e organização acadêmica. Durante as discussões, um docente esclareceu que apresenta aos estudantes, já na primeira aula, todas as informações constantes no plano de curso, incluindo cronograma, critérios de avaliação, bibliografia e datas previstas para as avaliações, embora não projete diretamente o sistema acadêmico. Em resposta, a presidente esclareceu que não há obrigatoriedade de exibir o SIGAA em sala de aula, desde que todas as informações constantes no sistema sejam efetivamente apresentadas aos estudantes, recomendando apenas que o docente informe que o plano também se encontra disponível no sistema. Na continuidade do debate, foi ressaltada a importância de salvar e enviar corretamente o plano de curso no sistema, bem como de preencher todos os campos obrigatórios, incluindo metodologia, horário de atendimento e cronograma. Esclareceu-se que não há necessidade de detalhar todo o conteúdo programático em cada aula, sendo suficiente indicar os tópicos previstos. A presidente informou, ainda, que a direção do Instituto está institucionalizando um processo de avaliação das disciplinas, iniciativa originada das discussões realizadas no âmbito do NDE. Explicou que um dos critérios dessa avaliação será justamente a apresentação do plano de curso aos estudantes, reforçando a importância de evidenciar essa prática em sala de aula. Questionada sobre a visita do MEC, esclareceu que haverá uma reunião envolvendo todos os docentes do curso, além de um encontro específico com os membros do NDE, sendo o cronograma definitivo encaminhado posteriormente pela própria comissão avaliadora. Na sequência, orientou os docentes que ministram disciplinas práticas a identificarem expressamente, no cronograma do plano de curso, quais atividades correspondem às aulas práticas. Também foram discutidas dificuldades relacionadas à atualização do calendário acadêmico no sistema e ao registro das avaliações finais, esclarecendo-se que algumas limitações dependem de atualização do sistema institucional e que as Avaliações Finais (AF) não integram o prazo de apresentação do plano de curso. Como sugestão de organização, recomendou que os docentes numerem sequencialmente as aulas no cronograma, prática que facilita tanto o acompanhamento dos 15% iniciais da carga horária quanto a compreensão do planejamento pelos estudantes. Retomando os informes relativos ao processo de avaliação do MEC, a presidente comunicou que foi recentemente solicitada uma nova documentação pela Coordenadoria de Regulação e Avaliação Acadêmica (CORAC), consistente na elaboração de um relatório quantitativo e qualitativo de justificativa das vagas ofertadas pelo curso. Explicou que o documento deverá apresentar a fundamentação da oferta de vagas com base nas demandas da região do Maciço de Baturité e dos países parceiros da Universidade, contemplando aspectos relacionados ao mercado de trabalho e ao contexto regional. Informou que está verificando a existência desse documento na instituição e, caso não seja localizado, será necessário elaborá-lo e submetê-lo à aprovação do Colegiado para posterior inclusão na documentação encaminhada ao MEC. Durante a discussão, docentes observaram a complexidade da elaboração desse relatório, especialmente diante do histórico de preenchimento das vagas ofertadas e da necessidade de fundamentar tecnicamente a manutenção do quantitativo atual, considerando indicadores

regionais e institucionais. A presidente concordou com a avaliação, reconhecendo que se trata de um documento extenso e de elaboração criteriosa, cuja construção exigirá levantamento de dados e articulação entre diferentes informações institucionais e regionais.

3.Aprovação das atas da 12ª Sessão Extraordinária(SEI nº1404102) e da 12ª Sessão Ordinária(SEI nº1404120). Na sequência, foram submetidas à apreciação do colegiado as atas da 12ª Sessão Extraordinária(SEI nº1404102) e da 12ª Sessão Ordinária(SEI nº1404120) do Colegiado do Curso de Engenharia de Alimentos. Informou que as atas são previamente encaminhadas pela secretaria para que os docentes façam a conferência dos documentos. Em seguida, questionou à secretaria se havia outras atas pendentes de assinatura, sendo esclarecido que não existiam pendências além das que seriam apreciadas naquela sessão. Na sequência, a presidente colocou ambas as atas em votação, solicitando que os membros favoráveis permanecessem como estavam e que eventuais manifestações de abstenção ou voto contrário fossem registradas. Não havendo objeções, as atas da 12ª Sessão Extraordinária e da 12ª Sessão Ordinária foram aprovadas por unanimidade. Após a aprovação, a presidente solicitou que todos os membros assinassem as atas. Falou que as atas do colegiado integram também a documentação comprobatória disponibilizada à comissão de avaliação do Ministério da Educação (MEC), juntamente com as atas do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Ressaltou, portanto, a importância de que as assinaturas fossem realizadas para que os documentos fossem devidamente inseridos na pasta destinada ao processo de avaliação institucional.

4.Aprovação da oferta de disciplinas 2026.2. Dando continuidade à reunião, a presidente da sessão apresentou a proposta de oferta de disciplinas para o próximo semestre, 2026.2 e explicou que, embora a oferta seja discutida e apreciada pelo Colegiado, sua aprovação final será realizada pela Direção do Instituto. Informou que a proposta foi construída pela coordenação considerando as necessidades do curso e a disponibilidade dos docentes, como também atender às demandas dos estudantes concluintes, buscando evitar conflitos de horários que possam atrasar a integralização do curso. Ao apresentar a proposta, explicou as principais alterações realizadas nos horários das disciplinas e informou que algumas definições ainda dependem da confirmação dos outros institutos. Prosseguindo, foram levantadas preocupações quanto ao uso compartilhado dos laboratórios pelas disciplinas práticas e diante disso, informou-se que irá verificar a possibilidade de ajustes junto ao curso de Agronomia e, após a definição da oferta, realizará uma reunião com os docentes envolvidos para organizar um cronograma de utilização dos laboratórios. Falou também sobre a turma de Pré-Cálculo, que a abertura de uma segunda turma dependeria do quantitativo de ingressantes e do índice de reprovação das turmas em andamento. Ao apresentar a distribuição das Práticas Integradoras, esclareceu que a limitação do número de docentes impossibilita a composição ideal prevista para essas disciplinas, por esse motivo foi alocado apenas um docente com experiência em cada prática, buscando garantir a continuidade das atividades. Informou ainda que, em momento oportuno, será realizada uma discussão específica sobre a organização das Práticas Integradoras, contemplando aspectos como rotatividade docente, padronização dos procedimentos e integração da curricularização da extensão. Em seguida, a presidente da sessão informou que devido o atraso na implantação do novo Projeto Pedagógico do Curso, algumas disciplinas voltarão a ser ofertadas, como a Termodinâmica II e falou sobre a previsão de oferta, em período de férias para as disciplinas: Fundamentos de Engenharia de Alimentos e Ciência do Ambiente. Também foi comunicado que a Direção solicitou à Reitoria a convocação dos candidatos aprovados nos concursos das áreas de Engenharia e de Ciência e Tecnologia de Alimentos, mas que, até o momento, ainda não houve retorno. Na sequência, foi discutida a distribuição da disciplina Mecânica Geral. A presidente justificou a proposta de compartilhamento da disciplina entre os professores Pedro e Danuso, argumentando que ambos possuem formação sólida em Física e Matemática, perfil considerado adequado para o componente curricular. Esclareceu ainda que a decisão buscou minimizar os impactos da insuficiência de docentes da área de Engenharia, ressaltando que a carga horária seria compartilhada e não representaria aumento excessivo para nenhum dos envolvidos. Durante o debate, o professor Pedro manifestou preocupação quanto à adequação da distribuição da disciplina, especialmente em relação à experiência necessária para sua condução. Em resposta, a presidente

explicou que a proposta foi construída considerando o perfil acadêmico dos docentes e o histórico da disciplina. Falou que os materiais didáticos e experiências anteriores seriam compartilhados entre os professores para facilitar o planejamento. Outros docentes também se colocaram à disposição para colaborar com o material e contribuir para a organização das aulas. Em seguida, apresentou a redistribuição de algumas disciplinas entre os docentes, explicando que as mudanças foram necessárias para atender às demandas do curso e equilibrar a carga horária. Foi esclarecido que a coordenação tem buscado limitar a carga didática dos docentes em aproximadamente 15 horas semanais. Disse ainda que continua buscando reduzir a carga horária média para cerca de 12 horas, no caso de ampliação do quadro de professores. E caso as novas contratações sejam efetivadas, pretende ampliar a oferta de disciplinas optativas nos próximos semestres. Por fim, a presidente ressaltou que a proposta apresentada ainda poderá passar por ajustes, pois depende da confirmação de horários de outros institutos e da aprovação da Direção. Explicou que a construção da oferta exige constantes ajustes para conciliar limitações de infraestrutura, disponibilidade docente, necessidades dos estudantes e horários definidos por outros institutos. Reconheceu que nem sempre é possível atender integralmente às preferências individuais dos docentes, mas ressaltou que todas as decisões foram tomadas buscando o melhor equilíbrio para o funcionamento do curso. Após os esclarecimentos, alguns docentes apresentaram sugestões de ajustes pontuais em horários e na utilização dos laboratórios, as quais foram acolhidas para análise pela coordenação. Ficou acordado que, após a consolidação definitiva da oferta, será realizada reunião específica entre os docentes envolvidos nas atividades práticas para elaboração do cronograma de utilização dos laboratórios. Após as deliberações, a proposta apresentada de oferta de disciplinas 2026.2 foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Finalizadas as pautas, ficaram registrados os seguintes encaminhamentos: I – continuidade da organização documental necessária à visita de reconhecimento do curso pelo MEC; II – solicitação de envio, pelos docentes, dos planos de curso e demais documentos pendentes, dentro dos prazos estabelecidos pela coordenação; III – realização de reunião posterior para apreciação e aprovação dos planos de curso e do Relatório de Adequação Bibliográfica; IV – prosseguimento das ações de adequação bibliográfica, em articulação com o Sistema de Bibliotecas; V – retomada, no semestre subsequente, da discussão do PPC reformulado; e VI – encaminhamento da proposta de oferta de disciplinas, observadas as demandas dos estudantes concluintes e a disponibilidade docente.

III. ENCERRAMENTO DA SESSÃO: A Presidente da Sessão, nada mais havendo a tratar, agradeceu o comparecimento dos participantes nesta sessão e declarou-se encerrada às quinze e trinta e três minutos. Para constar, eu, Rachel Fernandes da Silva Oliveira, Representante dos TAE(s)-suplente e secretária do curso de Engenharia de Alimentos, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos participantes.

APROVAÇÃO DA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DA ENGENHARIA DE ALIMENTOS



Documento assinado eletronicamente por **JULIE ANNE HOLANDA AZEVEDO, TÉCNICO(A) DE LABORATÓRIO**, em 18/09/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO MAIA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 18/09/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RACHEL FERNANDES DA SILVA OLIVEIRA, ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO**, em 18/09/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE FERREIRA DE OLIVEIRA, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 19/09/2026, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA MARIA MARTINS VIEIRA, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 21/09/2026, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THAYANE RABELO BRAGA FARIAS, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 22/09/2026, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DE CASTRO AMONI, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/09/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA MARIA MEDEIROS THEÓPHILO GALVÃO, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 23/09/2026, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1491343** e o código CRC **AE6C5931**.
